# MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

# Despacho (extracto) n.º 26 683/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 23 de Julho de 2007, é nomeado, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, director do Instituto Jacob Rodrigues Pereira o licenciado António José Lopes Ferreira, com efeitos a 23 de Julho de 2007.

24 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, Álvaro Eduardo da Costa Amaral.

#### Nota biográfica

Formação académica:

1982 — conclusão do curso geral de Enfermagem, com média final de 16 valores, na Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa;

1991 — conclusão da licenciatura em Sociologia, com média final de  $15\,\mathrm{valores},$  no ISCTE.

Formação complementar relevante:

1998 — conclusão da pós-graduação em Protecção de Menores na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

2001 — conclusão da pós-graduação em Administração e Políticas Públicas no ISCTE;

2004 — conclusão do seminário de alta direcção para dirigentes da Administração Pública, organizado pelo INA.

Percurso profissional representativo:

De 1983 a 1990 — desempenhou funções de enfermeiro no Hospital Pulido Valente, Lisboa;

De 1990 a 1992 — integrou a equipa de coordenação do Centro de Formação Profissional do Hospital Pulido Valente;

De 1992 a 1995 — desempenhou funções de técnico superior de reinserção social na equipa de círculo judicial de Leiria;

De 1995 a 2001 — desempenhou funções de coordenação da equipa de círculo judicial de Leiria, incluindo o apoio ao Estabelecimento Prisional de Leiria e Estabelecimento Prisional Regional de Leiria;

De 2001 a 2006 — desempenhou funções de responsável do Núcleo de Programas e Projectos no extinto Instituto Português da Droga e da Toxicodependência e na sequência da mudança institucional para Instituto da Droga e Toxicodependência em 2002 responsável do Núcleo de Planeamento e Avaliação do Departamento de Prevenção, ambas as funções equivalentes a chefe de divisão;

De 2006 a 2007 — director do Colégio de D. Nuno Álvares Pereira da Casa Pia de Lisboa, I. P.

Categoria profissional actual — técnico superior principal do quadro do Instituto de Reinserção Social.

Outras participações/funções relevantes:

Formador em múltiplas actividades de formação profissional na área das relações humanas, da motivação e liderança em diferentes organizações;

Assistente da cadeira de Sociologia das Classes Sociais na Universidade Autónoma de Lisboa — Pólo de Caldas da Rainha (anos lectivos de 1992-1993 e 1993-1994);

Formador sobre culturas juvenis na pós-graduação sobre toxicodependências, organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa:

Revisor do *Guia de Prevenção para Pais e Educadores de Crianças dos 3 aos 9 anos*, editado em 2003 pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência;

Participante no grupo de trabalho para preparação do Plano Estratégico de Luta contra as Drogas 2005-2008, na área da prevenção.

# Despacho (extracto) n.º 26 684/2007

Por despacho da presidente do conselho directivo da Casa Pia de Lisboa, I. P., de 23 de Julho de 2007, é nomeada, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, directora

do Colégio Nuno Álvares Pereira a licenciada Fernanda de Jesus Infante Fialho, com efeitos a 23 de Julho de 2007.

24 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, Álvaro Eduardo da Costa Amaral.

### Nota biográfica

1 — Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa;

Curso de formação profissional no âmbito das técnicas de gestão da qualidade, da Global Change, 2004;

Curso de formação profissional sobre liderança em acção, da Global Chance, 2004;

Curso de mediação familiar, da Associação Nacional para a Mediação Familiar, 2000;

Curso de formação pedagógica de formadores, do Instituto Nacional de Administração, 1999;

Curso de análise transacional, da Direcção-Geral da Administração Pública, 1987;

Curso sobre dinâmica de grupos, da Direcção-Geral da Segurança Social, 1985.

# 2 — Cargos e funções exercidas:

Adjunta da direcção do Estabelecimento Prisional de Caxias, de 2006 a 2007;

Directora de serviços da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, de 17 de Fevereiro de 2003 a 15 de Janeiro de 2006;

Assessoria técnica à formação de magistrados e investigação nas jurisdições penal, menores e família, trabalho e cível no Centro de

Estudos Judiciários, de 1990 a 1992 e de 1996 a 2003; Assessoria técnica ao Gabinete de Mediação Familiar, de 1998 a 2002:

Responsável pelo acompanhamento e avaliação das comissões de protecção de menores, de 1996 a 1998;

Chefe de divisão nos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, de 1992 a 1996;

De Dezembro de 1980 a Março de 1990, exerceu funções de técnica superior no então Ministério do Emprego e da Segurança Social;

Responsável pelo sector de Serviço Social de uma instituição para crianças e jovens privados de meio familiar, de 1976 a 1980.

### 3 — Outras actividades:

Colaboradora científica num projecto de investigação, financiado pela JNICT, de 1978 a 1982;

Elemento do grupo permanente de análise para a problemática dos menores e da família a funcionar no Centro de Estudos Judiciários, de 1987 a 1992;

De 1991 a 1999, elemento do júri de selecção de candidatos ao ingresso no Centro de Estudos Judiciários;

Docente da disciplina Políticas de Intervenção Social, do curso superior de Direcção de Instituições de Acção Social, do Instituto Superior de Ciências Educativas, de 1996 a 1999, e da disciplina Intervenção Comunitária, do curso de complemento de formação, também deste Instituto, de 1999 e 2000;

Vogal e vice-presidente da direcção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, de 1990 a 2002, sendo neste momento vice-presidente da mesa da assembleia geral;

Vogal da Comissão de Classificação de Espectáculos, em representação do Ministério da Justiça, de 2002 a 2005;

Realização de vários estudos, designadamente nas áreas da sociologia do trabalho, da segurança social, da família e do direito.

### Despacho (extracto) n.º 26 685/2007

Por deliberação do conselho directivo, foi renovada a comissão de serviço ao licenciado Jorge Alexandre Oliveira Duque com efeitos a 22 de Setembro de 2007 como director de estabelecimento da Escola Agrícola Francisco Margiochi, cargo equiparado a chefe de divisão, para o qual foi nomeado, precedendo concurso.

27 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, Álvaro Eduardo da Costa Amaral.

# Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

# Despacho n.º 26 686/2007

O Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTSS),

atribui ao Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), no n.º 1 do artigo 9.º, a missão de assegurar, directamente ou sob sua coordenação, a cooperação com os países de língua oficial portuguesa.

Tendo em conta as funções e tarefas a desenvolver, as quais envolvem uma diversidade de saberes e conhecimentos, designadamente técnicos, jurídicos e organizacionais, transversais aos vários organismos nacionais, estrangeiros e internacionais, justifica-se a criação de uma unidade de estrutura matricial que assegure a coordenação da actividade do Ministério no âmbito da cooperação.

Assim:

Ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que estatui que «a constituição das equipas multidisciplinares e a designação das suas chefias, de entre efectivos do serviço, é da responsabilidade do respectivo dirigente máximo», e do disposto conjugadamente no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 209/2007, de 29 de Maio, e do artigo 2.º da Portaria n.º 654/2007, de 30 de Maio, determino:

1 — É criada no GEP a Equipa da Cooperação, que funcionará

na dependência do director para a cooperação.

2 — A Equipa da Cooperação é uma equipa multidisciplinar que desenvolverá as tarefas identificadas no número seguinte durante três anos.

3 — Compete à Equipa da Cooperação:

a) Coordenar, apoiar e acompanhar as actividades de cooperação do MTSS com os países de língua oficial portuguesa;

b) Elaborar e propor programas e ou projectos de cooperação com os países de língua oficial portuguesa de acordo com as orientações politicamente definidas, assegurando a necessária articulação com os demais serviços do MTSS, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e os respectivos ministérios homólogos;

c) Participar na coordenação das actividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e outros países no âmbito das áreas de intervenção do MTSS, nomeadamente do emprego, formação profissional, relações laborais e da protecção social;

d) Assegurar, em articulação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a execução das dotações inscritas no orçamento da segurança social destinadas ao financiamento dos encargos com cooperação externa.

4 — Fica afecto à Equipa da Cooperação o pessoal que exercia funções no extinto Gabinete para a Cooperação.

5— O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007.

11 de Outubro de 2007. — A Directora-Geral, Maria Cândida Soares.

# MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

# Despacho (extracto) n.º 26 687/2007

Por meu despacho de 31 de Agosto de 2007 e no cumprimento do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 30 de Março de 2006, é reconstituída a carreira de técnica superior, na categoria de assessor, de Maria Leonor Zagallo Peres de Vasconcelos, ao abrigo do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, através da criação de um lugar supranumerário a extinguir quando vagar, entre 29 de Maio de 2000 e 9 de Janeiro de 2001 (data em que tomou posse na carreira de assessor na Câmara Municipal de Setúbal).

4 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, António Manuel Gomes Branco.

## Despacho (extracto) n.º 26 688/2007

Por despacho da vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 16 de Agosto de 2007, reiniciou funções com efeitos a 14 de Maio de 2007, por suspensão de eficácia do despacho que determinou a sua passagem à licença sem vencimento de longa duração, Maria de Fátima Neto Almeida Rebelo, assistente graduada da carreira médica de saúde pública, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Centro de Saúde do Cacém. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Setembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, António Gomes Branco.

### Despacho (extracto) n.º 26 689/2007

Por deliberação do conselho directivo da administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 30 de Agosto de 2007, foi a Virgílio Ribeiro Simões de Abreu, assistente graduado da carreira médica de clínica geral do quadro de pessoal da administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Centro de Saúde de Sacavém, autorizada a concessão de licença sem vencimento por um ano, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 30 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Outubro de 2007. — A Vogal do conselho directivo, Ana Maria

### Despacho (extracto) n.º 26 690/2007

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia e do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 6 de Outubro de 2006 e de 31 de Maio de 2007, respectivamente, Anabela Calheiros Montenegro, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E. (Hospital de D. Estefânia), foi autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Centro de Saúde da Amadora, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Outubro de 2007. — A Vogal do Conselho Directivo, Ana Maria Nunes.

### Despacho (extracto) n.º 26 691/2007

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 10 de Setembro de 2007, Ângela Cristina Ribeiro Rodrigues foi nomeada na categoria de técnico de 1.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, área de higiene oral, no quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Centro de Saúde de Alhandra, precedendo concurso interno de acesso limitado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e do Código do Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Outubro de 2007. — A Vogal do Conselho Directivo, Ana Maria Nunes.

### Despacho (extracto) n.º 26 692/2007

Por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 19 de Julho de 2007, foi autorizada licença sem vencimento de longa duração, a partir de 1 de Outubro de 2007, a Fernanda Paula Palomas Varela Pinto, auxiliar de apoio e vigilância do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Centro de Saúde de Torres Vedras, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2007. — A Vogal do Conselho Directivo, Ana Maria Nunes.

### Despacho (extracto) n.º 26 693/2007

Por despacho do presidente do conselho de administração do Hospital Pulido Valente, E. P. E, e deliberação do conselho directivo da ARSLVT, I. P., de 2 de Agosto de 2007 e de 3 de Outubro de 2007, respectivamente, foi autorizado o pedido de acumulação de do quadro de pessoal do Hospital Pulido Valente, E. P. E., ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 31.º e do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, em regime de dezanove horas semanais no Centro de Saúde do Lumiar, pelo período de um ano, eventual-